

# Globalização, subsistência e autonomia na luta do EZLN e do MST\*

Leandro Vergara-Camus\*\*

## **Resumo:**

Este artigo apresenta uma comparação entre a luta pela terra do EZLN e do MST, defendendo que as bases sociais destes movimentos, desde seu contexto específico, rejeitam a lógica do mercado e adotam estratégias de resistência que privilegiam a produção de subsistência. Destaca-se que a luta para ter e manter o acesso à terra permite um controle territorial gerador de um poder popular autônomo, que resulta em estratégias políticas distintas, decorrentes das experiências concretas que os movimentos tiveram com os partidos políticos e o Estado.

**Palavras-chave:** Globalização. Produção de subsistência. EZLN. MST.

Muitos autores e ativistas comparam o EZLN e o MST, destacando as semelhanças entre suas formas de organização e estratégias de mobilização. No entanto, existem poucos estudos que buscam entender estes movimentos, desde as preocupações das famílias que os integram, e que destaquem suas semelhanças e diferenças. Esta é a tarefa a que se dedicará este artigo, realizando essa comparação sob uma análise marxista do capitalismo, e considerando as formas concretas de organização da produção agrícola dos membros destes movimentos.

Seguindo os trabalhos de Marx (1991), Brenner (1977) e Wood (2002, 2009), consideram que o capitalismo está constituído por um conjunto de relações Sociais, caracterizado por: 1) a separação dos trabalhadores de seus meios de produção, 2) o predomínio da propriedade privada absoluta, 3) o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso 4) a dependência ao mercado, 5) o imperativo da concorrência para a sobrevivência dos produtores, 6) a produção para a acumulação de capital, 7) a separação do econômico do político, e 8) o

---

\* Versão resumida do artigo "Globalización, tierra, resistencia y autonomía: el EZLN y el MST", publicado na *Revista Mexicana de Sociología*, 73, n. 3, julho-setembro, 2011, p. 387-414.

\*\* Departamento de Relações Internacionais e Organização Internacional, Universidade de Groningen, Holanda. End. eletrônico: l.vergara.camus@gmail.com

fetichismo da mercadoria. Para a análise dos casos que nos interessam neste artigo, nos limitaremos a destacar a articulação de alguns destes elementos: o estabelecimento da propriedade privada absoluta, a dependência a mercado, o imperativo da concorrência para a sobrevivência dos produtores e o predomínio de valor de troca sobre o valor de uso.

Para Marx, uma das características fundamentais para o desenvolvimento capitalista da agricultura consiste na subordinação total da terra ao capital (Marx, 1991: 936, 948). Existem condições para eliminar os obstáculos criados pelas relações não-capitalistas de produção apenas quando os produtores diretos são expropriados de seus meios de produção, ou seja, quando se mercantiliza a terra. Sob estas circunstâncias, todos os produtores agrícolas tornam-se dependentes do mercado para sua reprodução, ou em outras palavras, todos os sujeitos sociais rurais encontram-se *obrigados* a produzir para o mercado e acumular uma parte de sua renda para reinvestir em um melhoramento da produção, sob pena de perder seu modo de subsistência (seu acesso à terra). Sob estas condições, a subordinação da terra ao capital transforma a concorrência em um *imperativo* para a sobrevivência dos produtores (Wood, 2009: 43).

O contexto atual de globalização neoliberal representa uma nova onda de expansão do capitalismo, tanto em relação aos novos setores produtivos como novas zonas geográficas e recursos até agora não mercantilizados, que lembra a assim chamada “acumulação primitiva” de Marx. Como no passado, dentro desta nova onda de expansão, as relações de propriedade adquirem uma importância central. Quanto à questão agrária, o discurso dominante a favor da privatização do direito à terra consiste em pensar que só a propriedade privada assegura o investimento de capital no campo.

No México, a reforma do artigo 27 constitucional, em 1992, foi o resultado de um amplo processo de cancelamento *de fato* da distribuição de terra. Como resultado da reforma do artigo 27, suprimiu-se a idéia de que a propriedade deve ter uma “função social”. Em outras palavras, suprimiu-se a expressão “em exploração” da formulação prévia que permitia a intervenção da Nação quando a propriedade não cumpria certos objetivos, para reforçar a inviolabilidade da propriedade privada da terra (Moguel, 1992: 270). Como o processo de privatização não é simples e existem muitas práticas e costumes que tornam difícil a compra de terra por pessoas externas aos *ejidos*<sup>1</sup>, esta reforma formalmente permite a

---

<sup>1</sup> N.T.: Um *ejido* é uma porção de terra não cultivada e de uso público. Em alguns casos, é também considerada propriedade do Estado ou dos municípios. Prática comum durante o império Asteca no México, o processo do *ejido* consiste em o governo tomar terras particulares e utilizá-las como terras comuns.

reconstituição do latifúndio através de sociedades mercantis. Além disso, ao longo prazo, a reforma estabeleceu as bases para a submissão da terra ao poder do capital e a generalização das relações sociais capitalistas no campo, porque permite que o lote *ejidal* seja vendido ou usado como garantia de empréstimo.

No Brasil, não é necessário reformar o regime de propriedade da terra porque, apesar de a Constituição de 1988 incluir a exigência de que a propriedade cumpra sua função social, a propriedade privada não se encontra ameaçada por este princípio. Assim, o cumprimento da função social é definida pelos níveis de produtividade da terra de uma determinada propriedade, baseados na produtividade média, medida pela produção por hectare, abrangendo as terras nas diferentes regiões de Brasil, segundo o censo agropecuário de 1970. Como os níveis de produtividade não deixaram de crescer desde os anos setenta, é cada vez mais difícil que uma propriedade não cumpra sua função social e que o Estado possa expropriá-la.

Uma das características centrais do capitalismo é a separação entre o econômico o político (Wood, 2002: cap. 1). Isso quer dizer que dentro do capitalismo ocorre um processo conflitivo de autonomização das questões econômicas da ingerência política. No entanto, esta separação é constantemente objeto de lutas sociais, que Karl Polanyi (1944: cap. 4) chama “duplo movimento”, onde alguns grupos tentam expandir a lógica do capital, enquanto outros grupos buscam restringir esta expansão. A globalização, frente ao fortalecimento dos direitos de propriedade privada, é também uma nova onda de separação do econômico do político, pois consiste em isolar, ainda mais que no passado, o econômico da intervenção política. As lutas pela terra do EZLN e do MST representam, portanto, formas de duplo movimento que se opõem à expansão da lógica do mercado. Surpreendentemente, ainda que os contextos rurais onde se desenvolvem estas lutas sejam drasticamente diferentes, em ambos os casos os objetivo de alcançar a auto-subsistência é uma das principais preocupações das famílias desses movimentos.

### **A importância da auto-subsistência para os zapatistas e os sem-terra**

A reestruturação neoliberal do campo e a crise da economia em geral têm sido tão drásticas no México que a tendência predominante, desde os anos noventa no campo Chiapaneco, tem sido a produção de auto-subsistência. Significa que cada vez mais camponeses, especialmente nas zonas indígenas dos Altos, da Selva e ao Norte, retiram-se o máximo possível do intercâmbio comercial e se refugiam na produção de subsistência. Por outro lado, não se pode dizer que as formas e relações de produção sejam capitalistas. Isto porque o primeiro objetivo da produção continua sendo o auto-consumo e não a produção para o mercado,

e muito menos para a acumulação de capital. Além disso, em muitos casos, a “produção comercial” (como o café, o gado, a pimenta) limita-se a uma ínfima porção, e a venda desta produção, assim como o do excedente de milho e feijão, continua sendo para conseguir uma renda que permita cobrir as necessidades complementares, como a compra de açúcar, sal, sabão, roupa e acessórios para trabalhar a terra. Por isso, nas regiões indígenas ainda predomina a lógica do valor de uso, mais que a lógica do valor de troca. Mesmo no caso da venda do excedente de milho, ela é muito limitada e a troca local não é regida pelas leis capitalistas de mercado, embora mecanismos internacionais e nacionais intervenham na determinação do preço. A venda do milho não é para a acumulação de capital, pois se realiza em pequenas quantidades, em média entre 5 e 12 por cento da produção total destina-se à venda (Márquez Rosano, 1996: 217) e o destino é o mercado local. Também, como pudemos observar durante nossa estadia no campo, existem numerosas práticas de reciprocidade como o escambo e a simples troca de produto por trabalho ou uma forma de “empréstimo” para necessidades de uma família da comunidade. Em muitos dos casos, os laços intercomunitários atuam como uma rede para a “venda” do milho, organizada por muitas relações não comerciais, onde as relações pessoais são mais importantes que as relações de mercado (Márquez Rosano, 1996: 217).

Contudo, seria um erro dizer que os camponeses zapatistas encontram-se fora das relações capitalistas. Como muitos estudos têm demonstrado, os zapatistas são afetados diretamente pela reestruturação neoliberal do campo. Além disso, a grande maioria tem várias experiências de trabalho assalariado nos ranchos e nas cidades da região e até de migração temporária a outras regiões do México. As famílias zapatistas adotam esquemas de trabalho plurifuncionais, mas sempre voltados à manutenção do caráter campesino da família, porque estas experiências alienantes, do trabalho e culturais, leva-as a perceber que o acesso à terra permite-lhes maior controle sobre suas vidas (Vergara-Camus, 2009: 384-385).

A crise da economia camponesa no Brasil é completamente diferente do caso chiapaneco, uma vez que está ligada à adaptação do modelo de agronegócio norte-americano, dos anos sessenta, pelo Estado. Como até recentemente existia uma diversidade de formas de produção no Brasil, as bases sociais do MST são muito mais heterogêneas que as do EZLN. Os sem terra do início dos anos oitenta, que agora estão assentados, destacam-se por serem antigos camponeses que, após perderem o acesso à terra, enfrentaram a marginalização no espaço rural e nas cidades e buscaram sua volta ao campo integrando-se ao MST. Muitos dos sem-terra dessa época têm experiências com relações de produção não-capitalistas (Gonçalves, 2005: 72) semelhantes às da base zapatista. Antes de ingressar no MST, muitos recorriam ao mercado somente para comprar os produtos que não podiam produzir e, muitas vezes, o intercâmbio se realizava através de práticas

não capitalistas. Muitos também tinham um passado de subordinação a um proprietário de terra que, em troca do trabalho ou parte da colheita, deixava-os cultivar parte de sua propriedade.

Desde os anos noventa, observa-se a emergência de uma segunda onda de sem terra, cada vez mais de trabalhadores rurais proletarizados ou semiproletarizados sem história própria de posse de terra ou famílias pobres das cidades que sobrevivem no setor informal. Estes novos sem terra estão plenamente inseridos nas relações capitalistas, apesar de sua marginalidade. Sua esperança de voltar ao campo poderia ser interpretada como uma desconexão dos mecanismos de exploração capitalistas, mais do que uma reconexão com o passado campesino perdido. Em outras palavras, recria-se um campesinato mediante a criação de espaços de subsistência próprios e através da luta pela terra do MST.

Nas reivindicações e no discurso dos zapatistas e dos sem-terra, destaca-se uma concepção de justiça, baseada numa abordagem moral, pela qual a terra é entendida como um direito, que não depende necessariamente da existência de um quadro jurídico. O discurso moral das reivindicações do EZLN e do MST evoca uma vontade e uma necessidade de rejeitar essa separação do econômico e do político, que as classes dominantes pretendem impor com a globalização neoliberal. Este discurso moral encontra-se reforçado pela percepção, baseada em experiências concretas, que os indígenas zapatistas e os sem-terra têm da lei como um instrumento a serviço dos poderosos.

Uma das diferenças importantes entre os camponeses do EZLN e o MST é que, no caso do Brasil, destaca-se mais um discurso de luta de classe, embora, como demonstra a Sexta Declaração da Selva Lacandona, a luta zapatista sempre teve um caráter de classe. Também no caso dos zapatistas, à abordagem de ordem moral soma-se uma abordagem étnica e anticolonial, que, como grande parte do movimento indígena latino-americano, propõe acabar tanto com a exploração quanto com a discriminação dos indígenas e firmar as bases de um projeto de “desenvolvimento” de acordo com a visão de mundo e a cultura indígena e os objetivos concretos das comunidades indígenas. A tomada da terra é representada também como uma recuperação, como um ato de justiça histórica, onde os indígenas reivindicam seus direitos como povos no marco de um Estado-Nação reconstituído.

Finalmente, a abordagem da auto-subsistência destaca também as prioridades produtivas adotadas pela maior parte das comunidades zapatistas. Dentro destas prioridades, destacam-se o crescimento da produção para o auto-consumo, a diversificação da produção, a redução do uso de agroquímicos e a criação de micro-projetos coletivos. Todas estas prioridades estão marcadas por dois objetivos: garantir a alimentação e reduzir ao mínimo a necessidade de dinheiro. A grande

maioria dos projetos impulsionados pelos zapatistas são para complementar a produção e alimentação tradicional de milho-feijão, (como no caso da criação de galinhas, a produção de pão, o cultivo de hortas) ou encontrar alternativas para a compra de produtos comercializados (como no caso dos projetos de alfaiataria e as cooperativas de abastecimento). Geralmente, as prioridades produtivas são pensadas nos marcos do conhecimento agroecológico, desenvolvido pelas comunidades indígenas em sua interação com o meio ambiente e dentro da visão de mundo que privilegia o valor do uso sobre o valor de troca.

No caso do MST, a auto-subsistência dos assentados é simplesmente o primeiro objetivo das famílias acampadas, e em seguida assentadas, mas é não seu único horizonte. Esse objetivo é alcançado pela ênfase na produção de alimentos, a diversificação da produção e o trabalho familiar não remunerado. Privilegia-se a produção dos produtos da dieta básica dos camponeses, como arroz, feijão, milho, trigo e mandioca. Além disso, na maioria dos casos, promove-se o cultivo de uma horta para produzir verduras de todo tipo. A grande maioria dos assentados também cria galinhas e porcos e, em alguns casos, em torno dessas atividades são criadas cooperativas para prover as famílias com uma fonte constante de carne para o auto-consumo. Como no caso zapatista, nos primeiros anos de assentamento, as prioridades produtivas organizam-se em torno do valor de uso, mas muito rapidamente estas prioridades voltam-se para a produção de valor de troca, ou seja para a produção comercial.

Paralelamente à auto-subsistência, reconhecendo a importância da economia capitalista na produção das famílias camponesas brasileiras, o MST busca também encontrar formas para ajudar seus militantes a cobrir os gastos monetários. O MST recomenda a seus militantes que assegurem um ingresso mensal mínimo constante, através da diversificação da produção comercial. No Sudeste e Sul do Brasil, a grande maioria dos militantes do MST costuma optar por comprar vacas leiteiras, com empréstimo do governo. Este crédito e outros mais, como o crédito para infra-estrutura, reinserem as famílias assentadas do MST no circuito do capital, porque elas se encontram diante da necessidade de assegurar uma renda monetária, necessária para devolver os empréstimos. Além da produção do leite, a maioria das famílias decide também produzir soja, trigo, cana de açúcar, embora isso as subordine mais uma vez ao agronegócio. As famílias assentadas também adotam esquemas multifuncionais, pelo qual um ou vários membros da família trabalham na cidade ou na agricultura, a maioria do tempo de maneira temporária, ou migram para outras regiões do país, e contribuem assim para a renda da casa.

Por essa razão, para o MST, a produção de auto-consumo não é mais que um primeiro passo na reinserção das famílias camponesas pobres na agricultura capitalista e, por isso, o movimento tem se dedicado a buscar mecanismos que

permitam a viabilidade da agricultura familiar. Para isso, desde seu início, o MST promove a criação de grupos de produção ou cooperativas locais e regionais para a compra e o uso coletivo da maquinaria, a compra e venda de insumos, a comercialização dos produtos, assim como a criação de pequenas empresas de transformação. Alguns anos após terem ganhado seu lote, as famílias camponesas do MST reinserem-se na economia capitalista, mas desta vez com a vantagem de poder contar com o acesso à terra e o trabalho familiar não remunerado como estratégia de refúgio às flutuações do mercado.

A diferença entre o planejamento do EZLN e o MST quanto à produção, apesar de que em ambos os casos o objetivo inicial seja alcançar a auto-subsistência, explica-se pelas diferenças culturais e ideológicas, mas também pela diferença quanto às características históricas do campo chiapaneco e brasileiro. Herdeiros de lutas sociais que resultaram em diferentes regimes de propriedade da terra, os camponeses do MST encontram-se inseridos em uma sociedade rural, onde as relações capitalistas são muito mais generalizadas do que na Selva, Altos e Norte de Chiapas, dos camponeses indígenas do EXLN (Vergara-Camus, 2009: 368-371). Por si mesmos, os assentados do MST são mais diretamente afetados pelo imperativo da concorrência que acompanha a privatização do direito à terra, assim como a comercialização e a monetarização da produção agrícola.

### **Diferentes formas de autonomia camponesa**

Em um artigo recente, C. de Grammont e Mackinlay (2006: 694-696) propõem um modelo analítico que distingue três tipos de matrizes organizativas nos movimentos camponeses mexicanos, que correspondem a três formas de se relacionar com o poder político do Estado. Os movimentos de “matriz política” tendem a se subordinar aos partidos políticos e estabelecer relações corporativistas com o Estado. Os movimentos de “matriz social-política” são mais independentes, mas continuam colaborando com os partidos políticos para a negociação com o Estado. Finalmente, os movimentos de “matriz social” privilegiam a construção de autonomia e rechaçam qualquer colaboração com os partidos políticos e o Estado. À primeira vista, o EZLN corresponde claramente à matriz social e o MST à matriz social-política. No entanto, se isso é correto quando enfocamos simplesmente a sua forma de se relacionar com os partidos políticos e o Estado, o controle territorial e a formação de estruturas políticas autônomas tornam esses movimentos semelhantes. Em ambos os casos, constroem formas de poder popular que buscam substituir o poder de Estado. Ao nos referirmos à idéia de poder popular, que alguns chamam contra poder (Aguirre Rojas, 2007), queremos destacar o caráter de classe do poder formado pelo processo de luta destes dois movimentos, assim como sua prática de assembléias, que ao difundir o poder

em um número maior de pessoas, apresentam-no como um modelo alternativo à concepção mais tradicional do poder centralizado no Estado e à representação política.

### **A revolta zapatista, o Estado e a política institucional**

Nas zonas com presença zapatista, pela forma de propriedade da terra, a orientação da produção e o tipo de intercâmbio, as relações sociais de produção não são relações estritamente capitalistas. Neste contexto, o Estado é visto como responsável pela marginalização dos camponeses indígenas. A queda dos preços dos produtos agrícolas comerciais, a falta de créditos, os limitados apoios econômicos e os projetos alternativos de desenvolvimento e a reforma do artigo 27 Constitucional, têm para os zapatistas um responsável: o *mal governo*. O *Já Basta!*, de 1994, também é um basta ao engano das políticas de Estado e aos atores políticos ligados a ele (Garcá de León, 2002:215-217, 233). Isso os levou a rechaçar a política institucional e o EZLN a privilegiar o trabalho político dentro da sociedade civil. Recordemos que, em seu início, a postura do EZLN em relação à política institucional era menos contundente que sua postura quanto ao Estado. Sua posição sobre as eleições foi se alterando de acordo com a interpretação da dinâmica da nova política institucional em transição (C. de Grammont e Kackinlay, 2006: 713-714). Enquanto se evidenciava a tendência estritamente eleitoreira de todos os partidos, incluindo o PRD, o EZLN acabou rechaçando totalmente a via eleitoral como caminho de mudança. O *coup de grâce*<sup>2</sup> à política institucional veio finalmente com a adoção da Lei sobre Direitos Indígenas pelo Congresso da União em 2002, à qual o PRD deu seu aval (C. de Grammont e Mackinlay, 2006: 715-716). Esta postura não mudou, apesar do apoio popular a Andrés Manuel López Obrador, nos comícios presidenciais de 2006.

A autonomia se configurou então, de uma parte, em oposição às atuais estruturas do Estado mexicano que não tinha destinado, até recentemente, um espaço de participação para os povos indígenas, que exigem alguma autodeterminação sobre o território que ocupam<sup>3</sup>. De outra parte, a idéia de autonomia também coincide com a reivindicação de democratização das estruturas do poder nas comunidades indígenas, no nível local, ou seja contra a usurpação do poder dos caciques locais e regionais. É também uma recuperação da soberania da comunidade, através da recriação das formas coletivas de participação em processos seletivos, assembléias,

---

<sup>2</sup> N.T.: Golpe de Misericórdia

<sup>3</sup> A oposição do Estado mexicano à idéia de autonomia firmada nos Acordos de San Andrés não é somente porque cria estruturas políticas fora do controle, mas também porque poderia representar um obstáculo aos processos de universalização da propriedade privada absoluta.



conselhos e comitês, assentadas em uma renovação da estrutura *ejidal*, que acomoda membros da comunidade que não tinham direito ao voto por não serem *ejidatarios* (mulheres, agregados). Assim, as autonomias zapatistas representam, sobretudo, a construção de um poder popular. Os municípios autônomos são um espaço de participação efetiva que tem combinado a lógica da política local e construído um sujeito de transformação identificado com as estruturas de poder e o projeto político do EZLN. Os municípios autônomos e as juntas de governo zapatistas – ao cumprir funções atribuídas às instituições estatais estabelecidas (educação, saúde, registro civil, justiça, resolução de conflito) – tornaram-se verdadeiros governos paralelos que competem com os governos institucionais pela aceitação e o reconhecimento da população de filiação zapatista e não-zapatista.

### **Estado, poder político e autonomia de fato na luta do MST**

Desde sua criação em 1984, o MST sempre reconheceu a necessidade de participar de todas as frentes de luta, mas também deixou clara a importância de manter sua autonomia. Os militantes do MST sempre participam das campanhas eleitorais ao lado do Partido dos Trabalhadores (PT), mas até hoje, a responsabilidade da luta pelo poder político institucional tem sido conferida ao PT. Nos assentamentos mais antigos, para ter maior presença na política local, o MST de certas regiões tem promovido a participação de alguns de seus militantes destacados, no nível individual, nas instâncias de poder político. Contudo, a participação de militantes do MST na política institucional tem objetivos que vão além da participação na política local. Como indica Judite Strozaki, da coordenação nacional do MST, em entrevista, “a função do MST é de organizar o povo pobre do campo e da cidade”, porque a função do militante do MST que se torna representante é de “organizar o povo e massificar a luta”. Para os sem-terra, a idéia de estar presente na arena institucional consiste em utilizar o espaço e os recursos do político para fazer contatos, organizar encontros, convocar os meios de comunicação e articular campanhas. Retomando as categorias propostas por Grammont e Mackinlay, o MST, por sua aliança tácita com o PT, seria então uma organização que adota a matriz social-política. No entanto, na realidade, a situação é mais complexa porque o MST utiliza sua relação com o PT para inserir a luta pela terra na política institucional, ou seja, no que Gramsci chama a “sociedade política”. Ao mesmo tempo, o movimento usa os recursos e os espaços da sociedade política para sua luta pela hegemonia dentro da sociedade civil. Contudo, as experiências do MST, no nível político institucional ainda são muito poucas. Onde ocorreram experiências de participação política em nível local e estatal, o descontentamento e os problemas gerados, levaram a um replanejamento da questão. A política conservadora do Presente Lula, desde

o início de seu primeiro mandato em 2002, também fez com que o PT já esteja reconsiderando sua aliança histórica com o PT.

Temos usado o conceito de *poder popular* para caracterizar a experiência de autonomia de fato do MST porque várias das características da experiência zapatista também podem ser observadas no movimento brasileiro. A participação das bases militantes na tomada de decisões em assembleias e a rotatividade de pessoas da comunidade em postos de poder comunitário, local e regional, assim como a possibilidade de revogar seus representantes, politiza os militantes, desmitifica “o poder” e o enraíza dentro da comunidade. De maneira semelhante ao EZLN, o MST concebe o Estado como um instrumento nas mãos de uma classe ou de uma aliança de classes, mas diferentemente do EZLN, também entende o Estado como um espaço de luta, dentro do qual o movimento deve buscar alianças com outros grupos.

Uma das mais importantes diferenças entre o MST e o EZLN quanto à sua relação com o Estado é que o MST, apesar de se opor fortemente às políticas neoliberais do Estado brasileiro, adota uma estratégia pragmática. Esta estratégia é sempre determinada pela avaliação da possibilidade de negociar com as autoridades estatais para adequar a intervenção estatal aos interesses do movimento e, a partir daí, de aceitar, recusar ou se opor às políticas estatais. O mais importante tem sido que o MST nunca foi cooptado por partidos políticos do Estado. Mais ainda, o MST em sua estratégia ante o Estado, tem a mesma vantagem que o EZLN: gera e controla espaços onde os sem-terra exercem uma *autonomia de fato* que se desenvolve através de experiência de auto-governo. Por um lado, uma vez que os assentamentos são formados por militantes no MST, as instâncias de decisões e as formas de tomar decisões em assembleia pelo consenso, são as que o movimento escolhe e não as que o Estado impõe (Fernandes, 2005). Por outro lado, os acampamentos e os assentamentos são espaços onde o auto-governo dos sem-terra pode competir com o Estado, promovendo serviços de educação, saúde, seguridade, etc. Estas práticas em instâncias próprias, como o que ocorre nas bases de apoio do EZLN, mantêm nos sem-terra uma convicção de serem sujeitos políticos e uma identificação com as estruturas de poder do movimento.

### **Conclusão: auto-subsistência, controle territorial e autonomia**

A luta pela terra e as experiências de autonomia das comunidades zapatistas e dos acampamentos e assentamentos dos sem-terra diferem em muitos pontos e convergem em outros. Para o caso do Brasil, Eliel Machado (2007: 178-179) argumenta que a reivindicação de terra para sobreviver limita a luta política e ideológica do MST porque simplesmente reinsere as famílias camponesas no mercado capitalista. Por um lado, nossas análises do MST chegam a observa-

ções semelhantes, ainda que nossa avaliação seja diferente. Poderia se dizer que em um primeiro momento, a busca pelo acesso à terra pelos sem-terra está marcada por uma rejeição ao mercado, mas que, num segundo momento, uma vez conquistada a terra, o objetivo é uma integração ao mercado sob melhores condições que uma família camponesa individual. Por outro lado, nossa análise sugere que a reivindicação de terra para sobreviver não resulta necessariamente em uma inserção na economia capitalista. A proposta do zapatismo está baseada em alcançar a auto-subsistência através de uma rejeição ao mercado e as iniciativas para reintegração ao mercado só cumprem uma função secundária. A diferença encontra-se na natureza do contexto rural chiapaneco e brasileiro, mas também na concepção da produção desses movimentos, que infelizmente não teremos tempo de abordar neste artigo. A pergunta sem resposta clara está em como considerar a produção de auto-subsistência: como uma base para construir outras relações sociais de produção (não mercantilizadas) ou simplesmente como um trampolim para reintegrar ao mercado? O que parece mais claro é que, tanto o MST como o EZLN, têm buscado proteger seu acesso à terra, com a construção de formas diferentes de autonomia frente ao Estado.

A experiência de autonomia zapatista baseia-se na recuperação e reformulação de formas e práticas “tradicionais” das comunidades indígenas e demarca a luta pela terra como uma luta muito mais ampla de controle do território, onde se possa proteger e desenvolver a cultura indígena. Apesar de tudo, estas experiências de autonomia também têm pontos de convergência com a autonomia de fato praticada nos acampamentos e assentamentos do MST. Em ambas as experiências, a luta pelo controle da terra para a subsistência familiar resulta em um controle territorial organizado em torno de estruturas de poder popular autônomo.

O papel central do Estado no neoliberalismo e na globalização, assim como as experiências concretas dos camponeses indígenas em Chiapas e os sem-terra no Brasil, com as diversas instâncias estatais, colocam o Estado no centro da luta política, mesmo que seja através de uma estratégia de rejeição ao poder de Estado. Ainda que as estratégias em relação ao Estado e os partidos políticos destes movimentos sejam diferentes, suas experiências concretas de autonomia convergem quanto à importância do controle territorial e da criação de formas de auto-governo local e regional. O conceito de autonomia frente ao mercado e ao Estado não deve, então, ser entendido de forma absoluta, como sinônimo de autarquia e isolamento, mas de maneira relativa, variável e contraditória, segundo o tipo de economia rural, a conjuntura política e as experiências de cada movimento. A autonomia refere-se mais à busca de uma margem de manobra e de negociação dos camponeses com o mercado e o Estado, tanto em nível familiar como coletivo. No contexto atual de globalização neoliberal, marcado por uma

nova onda de expansão do capitalismo e fortalecimento de direitos da propriedade privada sobre os recursos naturais, as experiências de luta do EZLN e do MST representam importantes referências que demonstram a importância de manter o acesso e o controle dos meios de produção e do processo produtivo, como base fundamental para qualquer projeto de transformação social mais amplo.

## **Bibliografia**

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio (2007). Gerando o contrapoder, de baixo para cima e à esquerda- ou de como mudar o mundo, revolucionando o poder, de baixo para cima. *Lutas Sociais*, n. 17/18, São Paulo, p. 115-129.
- BRENNER, Robert (1977). The Origin of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism. *New Left Review*, n. 104, Londres, p. 25-92.
- C. DE GRAMMONT, Hubert y Horacio MACKINLAY (2006). Las organizaciones sociales campesinas e indígenas frente a los partidos políticos y el Estado, México 1938-2006. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 68, n. 4, México-DF, p. 693-729.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (2005). The occupation as a form of access to land in Brazil: a theoretical and methodological contribution. In: MOYO, Sam y YEROS, Paris (orgs.). *Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia, and Latin America*. London: Zed Books, p. 311-340.
- GARCÍA de LEÓN, Antonio (2002). *Frontera interiores. Chiapas: una modernidad particular*. México: Oceano.
- GONÇALVES, Renata (2005). *Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema*. Tese de doutorado, Ciências Sociais. Campinas: Unicamp.
- MACHADO, Eliel (2007). A (des)constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica. *Lutas Sociais*, n. 17/18, São Paulo, p. 170-182.
- MÁRQUEZ ROSANO, Conrado y Carmen LEGORRETA (1999). Colonización, apropiación del territorio y desarrollo sustentable en la Selva Lacandona, Chiapas México. Apresentado na oficina *Land in Latin America. New Context, New Claims, New Concepts*, CEDLA, Amsterdam, 26-27 de maio.
- MÁRQUEZ ROSANO, Conrado (1996). *Agricultura campesina y cambio tecnológico*. La producción de maíz en la subregión Cañadas de la selva Lacandona, Chiapas. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento Rural Regional. Chapingo: Universidad Autónoma de Chapingo.

- MARX, Karl (1991). *Capital. A Critique of Political Economy*. Vol. III. Londres: Penguin Press.
- MOGUEL, Julio (1992). Reforma constitucional y luchas agrarias en el marco de la transición salinista. In: MOGUEL, Julio; BOTTEY, Carlota y Luis HERNÁNDEZ, coords., *Autonomía y Nuevos Sujetos Sociales en el Desarrollo Rural*. México: Siglo XXI, p. 261-275.
- POLANYI, Karl (1944). *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Era*. Boston: Beacon Press.
- VERGARA-CAMUS, Leandro (2009). The MST and the EZLN's Struggle for Land: New Forms of Peasant Rebellions. *Journal of Agrarian Change*, vol. 9, n. 3, Londres, p. 365-391.
- WOOD, Ellen Meiksins (2002). Democracia contra capitalismo. *Renovando el materialismo histórico*. México: Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_ (2009). Peasants and Market Imperative: the Origins of Capitalism. In AKRAM-LODHI, Haroon y Cristóbal KAY (orgs.). *Peasants and Globalization. Political Economy, Rural Transformation and the Agrarian Question*. Londres: Routledge, p. 37-56.